

Volumen 4 - Número 4 - Julio/Agosto 2018



REVISTA OBSERVATORIO DEL DEPORTE

REVISTA DE HUMANIDADES Y CIENCIAS SOCIALES

ISSN 0719-5729

Portada: Felipe Maximiliano Estay Guerrero

orandum est ut sit mens sana in corpore sano

EDITORIAL CUADERNOS DE SOFÍA

CUERPO DIRECTIVO

Director

Juan Luis Carter Beltrán

Universidad de Los Lagos, Chile

Editor

Juan Guillermo Estay Sepúlveda

Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

Cuerpo Asistente

Traductora: Inglés

Pauline Corthorn Escudero

Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

Traductora: Portugués

Elaine Cristina Pereira Menegón

Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

Diagramación / Documentación

Carolina Cabezas Cáceres

Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

Portada

Felipe Maximiliano Estay Guerrero

Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

**CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL**

COMITÉ EDITORIAL

Mg. Adriana Angarita Fonseca

Universidad de Santander, Colombia

Lic. Marcelo Bittencourt Jardim

CENSUPEG y CMRPD, Brasil

Dra. Rosario Castro López

Universidad de Córdoba, España

Mg. Yamiléth Chacón Araya

Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Dr. Óscar Chiva Bartoll

Universidad Jaume I de Castellón, España

Dr. Miguel Ángel Delgado Noguera

Universidad de Granada, España

Dr. Jesús Gil Gómez

Universidad Jaume I de Castellón, España

Ph. D. José Moncada Jiménez

Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Dra. Maribel Parra Saldías

*Pontificia Universidad Católica de Valparaíso,
Chile*

Mg. Aysel Rivera Villafuerte

Secretaría de Educación Pública SEP, México

Mg. Jorge Saravi

Universidad Nacional La Plata, Argentina

Comité Científico Internacional

Ph. D. Víctor Arufe Giraldez

Universidad de La Coruña, España

Ph. D. Juan Ramón Barbany Cairo

Universidad de Barcelona, España

Ph. D. Daniel Berdejo-Del-Fresno

*England Futsal National Team, Reino Unido
The International Futsal Academy, Reino Unido*

Dr. Antonio Bettine de Almeida

Universidad de Sao Paulo, Brasil

Dr. Oswaldo Ceballos Gurrola

Universidad Autónoma de Nuevo León, México

Ph. D. Paulo Coêlho

Universidad de Coimbra, Portugal

Dr. Paul De Knop

Rector Vrije Universiteit Brussel, Bélgica

Dr. Eric de Léséleuc

INS HEA, Francia

Mg. Pablo Del Val Martín

*Pontificia Universidad Católica del Ecuador,
Ecuador*

Dr. Christopher Gaffney

Universität Zürich, Suiza

Dr. Marcos García Neira

Universidad de Sao Paulo, Brasil

Dr. Misael González Rodríguez

Universidad de Ciencias Informáticas, Cuba

Dra. Carmen González y González de Mesa

Universidad de Oviedo, España

Dr. Rogério de Melo Grillo

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Dra. Ana Rosa Jaqueira

Universidad de Coimbra, Portugal

Mg. Nelson Kautzner Marques Junior

Universidad de Rio de Janeiro, Brasil

Ph. D. Marjeta Kovač

University of Ljubljana, Slovenia

Dr. Amador Lara Sánchez

Universidad de Jaén, España

Dr. Ramón Llopis-Goic

Universidad de Valencia, España

Dr. Osvaldo Javier Martín Agüero

Universidad de Camagüey, Cuba

Mg. Leonardo Panucia Villafañe

Universidad de Oriente, Cuba

Editor Revista Arranca

Ph. D. Sakis Pappous

Universidad de Kent, Reino Unido

Dr. Nicola Porro

*Universidad de Cassino e del Lazio
Meridionale, Italia*

Ph. D. Prof. Emeritus Darwin M. Semotiuk

Western University Canada, Canadá

Dr. Juan Torres Guerrero

Universidad de Nueva Granada, España

Dra. Verónica Tutte

Universidad Católica del Uruguay, Uruguay

Dr. Carlos Velázquez Callado

Universidad de Valladolid, España

Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio

*Universidad Católica de Brasilia, Brasil
Editora da Revista Brasileira de Ciência e
Movimento – RBCM*

Dra. María Luisa Zagalaz Sánchez

Universidad de Jaén, España

Dr. Rolando Zamora Castro

Universidad de Oriente, Cuba

Director Revista Arrancada

Asesoría Ciencia Aplicada y Tecnológica:

EDITORIAL CUADERNOS DE SOFÍA

Representante Legal

Juan Guillermo Estay Sepúlveda Editorial
Santiago – Chile

Indización

Revista ODEP, indizada en:



CATÁLOGO



ISSN 0719-5729 - Volumen 4 / Número 4 / Julio – Agosto 2018 pp. 43-56

**SOCIOLOGIA ECONÔMICA E MEGAEVENTOS ESPORTIVOS:
ANÁLISE DA COPA DO MUNDO 2014 E PERSPECTIVAS**

**ECONOMIC SOCIOLOGY AND SPORTS MEGA-EVENTS:
ANALYSIS OF THE 2014 WORLD CUP AND PERSPECTIVES**

Drdo. Juliano Oliveira Pizarro

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
jopizarro@hotmail.com

Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
rial@cfh.ufsc.br

Dr. Luiz Carlos Rigo

Universidade Federal de Pelotas, Brasil
rigoluizcarlos@gmail.com

Fecha de Recepción: 16 de mayo de 2018 – Fecha de Aceptación: 18 de junio de 2018

Resumo

A presente pesquisa busca analisar, sob a ótica da Sociologia Econômica, a Copa do Mundo FIFA de 2014 realizada no Brasil. O objetivo da primeira parte do trabalho foi trazer apontamentos políticos e sociológicos, visando, a partir deles, compreender a relação que existiu entre o Brasil como sede, a FIFA e a sociedade civil. Na segunda parte, foi feita uma coleta de dados visando analisar os gastos da Copa do Mundo de 2014, sob o ponto de vista econômico, e quais foram os impactos e o legado deixado pelas obras. A partir de uma comparação de dados, buscou-se observar a diferença de recursos utilizadas para obras de estrutura nas cidades-sede e os gastos nos estádios, e as suas (não) utilizações nos dias de hoje.

Palavras-Chave

Sociologia Econômica – Megaeventos – Copa do Mundo 2014 – Brasil

Abstract

The present research seeks to analyze, from the perspective of Economic Sociology, the 2014 FIFA World Cup held in Brazil. The objective of the first part of the research is to bring political and sociological notes, understand from them, the relationship between the Brazil as headquarters, FIFA and the civil society. In the second part, a data collection was made to analyze the expenditures of the 2014 World Cup, from the economic point of view, and what were the impacts and the legacy left by the works. From a data comparison, can see at the difference of resources for structure in the host cities and the stadiums expenditures, and the their (non) uses these days.

Keywords

Economic Sociology – Mega-events – World Cup 2014 – Brazil

Introdução

Em 2014, o Brasil sediou a Copa do Mundo FIFA de futebol masculino, disputada pela segunda vez em solo brasileiro. Com seu retorno ao continente sul-americano, 36 anos após a última edição, cumpre-se o princípio político da FIFA, de fazer um rodízio do campeonato entre os continentes. A competição futebolística foi disputada entre 12 de junho e 13 de julho de 2014. A pátria de chuteiras (como é conhecida à nação brasileira no universo do futebol) preparou-se para promovê-la conjuntamente com a detentora dos direitos do evento, a FIFA, fazendo desta, a Copa mais cara da história até então.

Neste sentido, a pesquisa buscou analisar, sob a ótica da Sociologia Econômica, as questões decorrentes de sediar um megaevento esportivo, que mexe significativamente com a realidade local, sob aspectos sociais, políticos e econômicos. Quando foi anunciado o Brasil como sendo o país sede da Copa do Mundo de 2014, tinha-se uma ideia ambivalente do que isto significava. Para alguns a Copa era um evento que produziria oportunidades e que serviria como catalisador para o desenvolvimento de quem a promove. Já para outros a Copa geraria gastos que poderiam ser investidos em serviços básicos, como saúde e educação.

O objetivo da primeira parte do trabalho foi trazer apontamentos políticos e sociológicos, visando, a partir deles, compreender a relação que existiu entre o Brasil como sede, a FIFA e a sociedade civil. Diante das manifestações que ocorreram contrárias ao mundial no país, os impactos que parte da sociedade civil sofreu em virtude das obras para o mundial, e a (não) participação da mesma nas decisões das ações feitas pelo Estado e na sua relação com a organizadora do evento.

Na segunda parte, foi feita uma coleta de dados visando analisar os gastos da Copa do Mundo de 2014, sob o ponto de vista econômico, e quais foram os impactos e o legado deixado pelas obras. A partir de uma comparação de dados, buscou-se observar a diferença de recursos utilizadas para obras de estrutura nas cidades-sede e os gastos nos estádios, e as suas (não) utilizações nos dias de hoje.

Megaeventos desportivos: apontamentos políticos e sociológicos

Estudos apontam o esporte como um dos fenômenos culturais e sociais mais importantes do século XX¹. Diante disso, o esporte pode ser considerado como um fator positivo nas relações sociais no sentido de integração. Elias e Dunning² apontam que com o desenvolvimento da cultura ao longo da história, o esporte se “civilizou” com o surgimento de regras, árbitros e sanções claramente definidas.

Nesse sentido, ocorre no esporte a formação daquilo que Bourdieu³ denominou de campo esportivo. Para ele, é necessário compreender quais panoramas sociais permitiram que se constituísse o sistema de instituições. Bourdieu afirma que:

¹ B. Houlihan, *Sport and International Politics* (Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1994), 52.

² N. Elias y E. Dunning, *A busca da excitação* (Lisboa: Difel, 1992), 335-336.

³ P. Bourdieu, *Questões de sociologia* (Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983).

(...) a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica. Isto quer dizer que uma das tarefas mais importantes da história social do esporte poderia ser a sua própria fundação, fazendo a genealogia histórica da aparição de seu objeto como realidade específica irreduzível a qualquer outra⁴.

O esporte se institucionalizou, houve o crescimento dos eventos e hoje há os chamados megaeventos esportivos. A realização desses grandes eventos internacionais está se tornando algo cada vez mais comum na realidade mundial contemporânea. Se vive em um tempo de mobilidade sem precedentes, onde as pessoas, produtos e eventos abrangem todos os continentes.

Tais eventos podem ser vistos como uma evolução positiva quando analisados sob o ponto de vista de que apoiam e promovem a compreensão mútua entre os povos e nações. Além disto, as nações anfitriãs, estados, cidades, instituições organizadoras e corporações multinacionais patrocinadoras, notoriamente movimentam e articulam uma série de grandes benefícios que giram em torno da atmosfera da realização destes eventos internacionais, seja com o desenvolvimento de publicidade, turismo ou infraestrutura.

De acordo com Bourdieu⁵, processos econômicos foram determinantes para a transição do esporte enquanto uma prática reservada à elite para o esporte-espetáculo, onde houve a profissionalização e, conseqüentemente, alterações nas relações de poder no interior desse campo. A elite que comanda as entidades desportivas pode transformar, na linguagem de Bourdieu, o capital social obtido na administração esportiva em capital político, como dirigentes de federações esportivas que possuem aspirações políticas.

Nesse sentido, acredita-se que a frequência e o tamanho dos eventos internacionais tende a aumentar nos próximos anos. Sendo assim, é de suma importância que sejam tomadas medidas para orientar adequadamente os processos de planejamento ligados à realização de eventos internacionais, principalmente tornando-os mais sensíveis e atentos aos impactos sociais que eles podem gerar sobre as sociedades-sede, algo extremamente necessário, a fim de aliviar os possíveis impactos negativos da realização destes eventos.

Megaeventos, chamados comumente também de "acontecimentos marcantes", geralmente são eventos turísticos de grande escala, porém de duração limitada. Destinados a gerar atenção e atrair apoio (muitas vezes em termos de financiamento público e do investimento privado), contam com a premissa de estimular o desenvolvimento. A concepção de um megaevento é normalmente motivada por três preocupações fundamentais: (1) colocar a cidade no mapa do mundo (aumento do turismo), (2) aumento do investimento econômico na cidade e atração de capital (para melhorar a infraestrutura urbana e aquecer o comércio) e (3) dar uma "releitura" a cidade - no sentido de revitalizar o ego dos cidadãos para com a cidade⁶.

⁴ P. Bourdieu, *Questões de sociología...* 137.

⁵ V. Bracht, *Sociologia Crítica do Esporte* (Ijuí: UNIJUÍ, 2005), 53-54.

⁶ Cohre, *The Centre on Housing Rights and Evictions. Fair Play for Housing Rights: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights*. Genova. 2007.

A realização de um megaevento é considerada uma oportunidade especial ou excepcional para o local-sede, o que sem dúvida exige ou justifica medidas excepcionais para facilitar a sua execução. Tais medidas excepcionais podem incluir a introdução de legislação especial permitindo a redução das proteções normais oferecidos aos cidadãos locais, caracterizando alterações que vão desde mudanças nas leis e normas de construção e reconstrução, a comercialização de produtos e as restrições das liberdades civis⁷.

De acordo com o estudo feito pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul:

Cada vez mais cresce a percepção de que sua realização contribui para o aprofundamento de desigualdades, a exclusão social, a mercantilização do espaço público e a militarização da gestão urbana, para além das vultosas somas de dinheiro público aplicadas em obras não prioritárias, muitas vezes segundo um modelo de Parceria Público-Privada no qual o poder público assume os ônus e riscos e o setor privado, os lucros e benefícios do empreendimento.⁸

A oportunidade de sediar grandes eventos de curta duração tornou-se objeto de acirrada disputa entre países e cidades pelo menos desde a década de 1980. Rapidamente, num contexto de crise financeira e de rearticulação dos ativos urbanos, os megaeventos esportivos se constituíram como importante descoberta por parte de governos, corporações e organismos internacionais como a FIFA, no intuito de estabelecer uma nova fronteira para expansão e circulação de capital⁹.

Desta forma, é comum que determinados espaços das cidades-sede dos megaeventos sejam apropriados, reorganizados e transformados em novos territórios de investimentos, que pouco ou nada têm a ver com a melhoria de políticas e serviços públicos. Se por um lado, o marketing e a propaganda associados aos megaeventos esportivos buscam forjar um consenso sobre seu potencial “legado”, por outro se acumulam denúncias de violações de direitos, graves impactos sociais e ambientais, excessivos gastos públicos, endividamento e falta de transparência¹⁰.

Copa do Mundo de 2014: FIFA, Brasil e a sociedade civil

A Copa do Mundo de futebol é um megaevento, sendo organizado por uma entidade privada não governamental, necessita de vários fatores para ocorrer. Após a escolha do país-sede, a FIFA e o governo unem esforços para que a Copa aconteça. Além da entidade e do governo, formam-se comissões governamentais e comissões da sociedade civil, a fim de fiscalizar os gastos, além de consórcios que administram os estádios e as arenas, juntamente com a iniciativa privada, que por óbvio, também financia o evento.

⁷ Cohre, The Centre on Housing Rights and Evictions...

⁸ Pacs, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul; Justiça Global. Na sombra dos Megaeventos no Brasil. Exceção e Apropriação Privada. Rio de Janeiro. 2012. 12.

⁹ Pacs, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul; Justiça Global. Na sombra... 12.

¹⁰ Pacs, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul; Justiça Global. Na sombra... 12.

Com a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, foi feita a eleição das cidades brasileiras candidatas a acolher partidas. Assim, 22 cidades brasileiras se candidataram para receber os jogos da Copa, tendo sido eleitas as 12 cidades-sede para o evento. Desde o início, questionou-se se as cidades estariam cumprindo com as exigências da FIFA, nos quesitos de estrutura dos estádios e seus arredores, mobilidade urbana, hotelaria, segurança, etc.

Ser o país-sede de um evento como a Copa do Mundo representa arcar com um grande montante de investimentos. No Brasil houve umas das primeiras experiências no que tange ao questionamento desses gastos. Apesar do discurso do governo sobre ser um investimento, que parte seria subsidiado pela iniciativa privada, houve diversas manifestações exigindo que os recursos públicos deveriam ser aplicados em educação, saúde, habitação, etc. Houve a criação de comitês, comissões, câmaras, grupos, para que a sociedade civil pudesse também fiscalizar e propor ideias e formas de ações para a Copa. Dentre esses órgãos, alguns deles foram governamentais, como o Comitê Gestor da Copa (CGCOPA), o Grupo Executivo da Copa (GECOPA), o Comitê de Responsabilidades das cidades-sede e o Autoridade Pública Olímpica (APO).

Como mostra o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês populares da Copa:

- CGCOPA – Comitê Gestor da Copa 2014: Criado em janeiro de 2010, tem como principal atribuição “estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro” entendido como o “conjunto de atividades governamentais voltado ao planejamento e à execução das ações necessárias ao desenvolvimento do referido evento no Brasil”. Isto significa que este é o mais importante novo órgão federal, uma vez que centraliza as responsabilidades pela orientação geral dos projetos. É formado por dezesseis ministérios, cinco secretarias, Advocacia Geral da União, Casa Civil da Presidência da República, Controladoria Geral da União e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Vale ressaltar a preponderância do Ministério dos Esportes como coordenador das ações.
- GECOPA – Grupo Executivo da Copa 2014: O órgão, subordinado ao CGCOPA, é responsável pelo planejamento, monitoramento e execução da política orçamentária das obras. Sua composição envolve oito órgãos já presentes no CGCOPA, principais envolvidos na gestão dos megaeventos esportivos no país.
- Comitê de Responsabilidades das cidades-sede: Este comitê nasceu com a assinatura da chamada matriz de responsabilidades – contrato entre a União, através do Ministério dos Esportes, e cada uma das cidades-sede, que lista as obras de infraestrutura previstas e as respectivas esferas responsáveis. Seu objetivo principal, de acordo com relatório do TCU de 2010, é o de “fazer cumprir as exigências, prazos e metas para a preparação do evento, em especial a viabilização da infraestrutura esportiva nas diferentes cidades-sede”. Portanto, este órgão, embora deliberativo, possui atuação mais restrita do que os anteriormente citados, pois está limitado ao âmbito da matriz de responsabilidades e à interlocução entres entes federados envolvidos.
- Autoridade Pública Olímpica (APO): A APO é um consórcio público formado pelo governo federal, governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura do Rio, para coordenar os serviços públicos, a implementação e a entrega da infraestrutura necessária à organização e à realização dos jogos. A APO foi criada por medida provisória, convertida na Lei 12.396, de 21/03/2011. A instabilidade institucional e caráter contingente destas

agências de exceção fica bem ilustrada pela APO, que, vinculada ao Ministério do Planejamento quando de sua criação, passa à esfera do Ministério dos Esportes em novembro deste mesmo ano, após a posse do novo Ministro Aldo Rebelo.¹¹

Foram criadas câmaras temáticas dos estádios, de transparência, de segurança, saúde, turismo, meio ambiente, cultura, educação, infraestrutura e promoção comercial e tecnológica. Com iniciativa de membros da sociedade civil, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana deliberou a criação de um grupo de trabalho sobre megaeventos com esse mesmo intuito. Dentre as comissões no âmbito legislativo, houve a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Comissão Especial da Lei Geral da Copa e Subcomissão Temporária do Senado Federal.

Entidades não governamentais também foram criadas para deliberar sobre o mundial, diretamente ligadas à FIFA, como o Comitê Organizador Local (COL), existente na forma de empresa, visa viabilizar as competições. Por fim, ainda foi criado o Consórcio Copa 2014 (órgão formado pela iniciativa privada que tem o objetivo de auxiliar o Governo Federal na tomada de decisões relacionadas à Copa). Pôde-se observar que houve a tentativa do governo e da sociedade trabalharem em conjunto. Contudo, apesar da estrutura do evento, de grupos, comissões e comitês criados para a contribuição e fiscalização da sociedade em relação à Copa, não houve participação da sociedade civil nas escolhas e no direcionamento dos investimentos.

A FIFA promove um rodízio de continentes para sediar o mundial. No entanto, a escolha do país-sede não se trata de algo tão simples assim, há muitos interesses envolvidos que se escondem por trás do discurso democrático da entidade. Não apenas a FIFA lucra com a venda dos direitos de imagem, mas também com seus parceiros e patrocinadores. A FIFA possui patrocinadores e colaboradores diretos¹², como Adidas, Coca-Cola, Hyundai, Kia, Emirates, Sony e Visa. Além destes, a entidade contou também com patrocinadores específicos para a Copa do Mundo, como Budweiser, Castrol, Continental, Johnson-Johnson, McDonalds, Oi, Seara e Yingli e os apoiadores nacionais: Apex Brasil, Centauro, Garoto, Itaú, Liberty Seguros e Wise Up.

Compreendendo a Copa como um evento comercial, a FIFA trata o país-sede como parceiro, procurando convencê-lo das vantagens de sediar o evento e, sobretudo, precavendo-se, de todas as formas possíveis, de que sua parte no negócio seja lucrativa¹³. A entidade acaba por seduzir os países a proporem candidaturas para sediar a Copa, como sendo uma oportunidade de visibilidade e crescimento sob o ponto de vista interno e internacional.

Contudo, para a FIFA o importante é que o país-sede ofereça as condições para a realização do evento, o que acaba no final gerando investimento de recursos públicos na estruturação para recebê-lo. Para Arlei Sander Damo¹⁴, ao invés de dizer que a FIFA escolhe o país-sede, seria mais condizente afirmar que ela compromete um governo e,

¹¹ Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil. 2ª edição. 2011. 48-50.

¹² Fifa, Organização: Parceiros Comerciais. Zurique. 2013. Disponível em: [http://pt.fifa.com/worldcup/organisation/partners/index.html]. Consultado [16/07/2013].

¹³ A. S. Damo, O desejo, o direito e o dever - A trama que trouxe a Copa ao Brasil. Movimento. v. 18, n. 02,(2012) 41-81.

¹⁴ A. S. Damo, O desejo, o direito e o dever...

segura disso, anuncia o país ao qual aquele governo corresponde como o local da Copa. Nesse sentido, o autor nos expõe algumas das garantias que a FIFA necessitava do governo brasileiro:

O que Blatter necessitava, e com urgência, era de um compromisso do governo brasileiro. Diferentemente de Ricardo Teixeira, que anunciava a Copa de 2014 como aquela que entraria para a história por ser bancada com recursos privados, Blatter jamais se mostrou afeito a bravatas. Como disse à saída do encontro com Lula, em 2006, um ano antes do anúncio oficial: "necessitamos de garantias governamentais para a organização de um evento tão importante". Foi assim que a FIFA procedeu em relação à África do Sul e até com a Alemanha - embora neste caso a barganha tenha sido menor - por que seria diferente com o Brasil? De parte do governo federal, não se falou em momento algum na construção de estádios, mas em criar linhas de crédito, e viabilizar as obras de infraestrutura para receber os torcedores estrangeiros e garantir a geração de imagens. Os gastos com essas obras poderiam ser facilmente justificados como investimentos, e de fato estão sendo, de modo que a copa por vezes parece ser uma fábrica ou uma usina, quando é um catalizador, se tanto. Ninguém levou muito à sério o caderno de encargos, de tal maneira que as exigências que lá estavam só se mostraram incômodas quando a FIFA tratou de efetivá-las, mas isso só ocorreu muito tempo depois do anúncio oficial do Brasil como sede da Copa.¹⁵

A solenidade que ocorreu em Zurique, em 30 de outubro de 2007, encaixa-se perfeitamente no conceito de "rito de instituição"¹⁶. É um evento de caráter político e diplomático, a fim de legitimar a eleição do país-sede, não de necessariamente possuir um caráter democrático.

Apesar de promessas do governo brasileiro, o qual assumiu o compromisso com a FIFA e lhe deu as garantias necessárias, constatou-se uma distância entre o evento e a sociedade civil. As garantias se dão em relação a FIFA e ao sucesso do evento. Dentro do estudo feito pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, mostra uma série de direitos que tirados de membros da sociedade civil, sem quaisquer garantias:

Destaca-se o fato de a violação do direito à moradia, representada pelas remoções de grandes contingentes populacionais, não ter sido sequer mencionada nos objetivos da Câmara Temática Cultura, Educação e Ação Social, a princípio, única capaz de tratar do assunto. O mesmo se dá no que tange às violações dos direitos dos torcedores, de trabalhadores ambulantes informais e de trabalhadoras do sexo. Em nenhum momento os Comitês Populares da Copa e sua Articulação Nacional foram convidados ou ouvidos por quaisquer órgãos oficiais. página ou site com data de acesso.¹⁷

Ficam evidenciados a completa ausência de movimentos sociais e entidades representantes da classe trabalhadora e a negligência no que se refere a impactos recorrentemente verificados em decorrência dos megaeventos¹⁸. Ainda, houve a sobreposição das exigências da FIFA à legislação brasileira.

¹⁵ A. S. Damo, O desejo, o direito e o dever...

¹⁶ A. S. Damo, O desejo, o direito e o dever...

¹⁷ Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa...

¹⁸ Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa...

A Copa do Mundo é um evento FIFA, que busca um país para sediá-lo, o qual necessita oferecer para a entidade toda a estrutura necessária para a sua realização. É um evento privado, apesar da iniciativa pública fazer investimentos para que haja a estrutura necessária. Em razão da legislação local, muitas vezes, não estar em consonância com as regras da FIFA, há uma série de discussões e debates para que o ordenamento interno do país sede entre em adequação com as exigências da entidade.

No Brasil não foi diferente, foram criados instrumentos jurídicos para o período da realização do mundial no país. O principal foi a Lei Geral da Copa 2014 - lei nº 12.663¹⁹ - que dispôs sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014. A lei visou se adequar as exigências da FIFA, consolidando metas de planejamento, organização e materialização do mundial, abordando temas como encaminhamento de recursos, proteção de marcas, normas de utilização de estádios e demais infraestruturas.

Uma pesquisa do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul juntamente com a organização Justiça Global trouxe uma tabela sobre as diferenças que o ordenamento jurídico brasileiro sofreu no período em que o evento ocorreu no país:

LEI GERAL DA COPA E EXIGÊNCIA DA FIFA	LEGISLAÇÃO BRASILEIRA VIGENTE
Redução da meia-entrada de idosos e estudantes, liberação da venda casada e de cláusula penal de desistência e suspensão dos descontos, gratuidades e preferências de leis municipais e estaduais. (Cap. 5)	Direitos do Consumidor • Constituição Federal: art. 5º, XXXII, e art. 170, V; • Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90)
Zonas de Exclusão, com restrição ao comércio de rua e à circulação de pessoas em um raio de 2km no entorno de estádios e locais oficiais do evento (Cap. 2, Seção II)	Direito ao Trabalho: Constituição Federal, art. 5º, XIII, e art. 6º, caput Direito de Ir e Vir: Constituição Federal, art. 5º, XV
Privatização e exclusividade de símbolos, emblemas e mascotes, sem controle da sociedade ou do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Cap. 2, Seção I)	Proteção do patrimônio cultural brasileiro: Constituição Federal, art. 216 Regime de proteção da propriedade intelectual e industrial: • Lei da Propriedade Industrial (Lei 9.279/96); • Lei da Propriedade Intelectual (Lei 9.609/98)
Proibição de aulas nas redes do ensino público e privado durante o Mundial de 2014 (art. 64)	Direito à educação: • Constituição Federal, art. 205 • Estatuto da Criança e do Adolescente: art. 53
Criação de crimes especiais (Cap. 8) e sanções civis (Cap. 2, Seção IV) para reserva de mercado, publicidade e propaganda	Liberdade de expressão: Constituição Federal, art. 5, IX Livre iniciativa: Constituição Federal, art. 170, caput
Limitações à captação e transmissão de imagem e som (Capítulo 2, Seção III)	Liberdade de imprensa e de informação jornalística: Constituição Federal, art. 220, §1º
Responsabilidade geral do Estado por “quaisquer danos e prejuízos” com acidentes de segurança, devendo a União Federal indenizar à FIFA (Cap. 4)	Conservação do patrimônio público: Constituição Federal, art. 23, I Regime legal da responsabilidade civil do Estado: Constituição Federal, art. 36, §6º

Fonte: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul e Justiça Global, 2012

¹⁹ Brasil. Lei Geral da Copa 2014, nº 12.663 de 05 de junho de 2012.

Contudo, como qualquer instrumento que visa se adequar às exigências externas, houve muita polêmica em relação a sua redação. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos teceu críticas em torno da lei:

Uma olhada sobre a Lei Geral da Copa (projeto de lei nº 2.330 – C11, aprovado pela Câmara dos Deputados em 28 de março) e outros instrumentos jurídicos voltados para a (des)regulamentação das atividades que envolvem a realização desse evento mostra que não é bem assim. Exemplos disso são as diversas formas de isenção fiscal que têm sido disciplinadas; a intenção da Fifa em suspender parte do Estatuto do Torcedor, do Estatuto do Idoso e do Código de Defesa do Consumidor; ou a proposta de responsabilizar a União amplamente por “todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos eventos”. O projeto aprovado dá amplos poderes a Fifa, inclusive para determinar o preço e as regras de compra e venda dos ingressos.²⁰

A polêmica gerada em torno da Copa do Mundo no Brasil não permeia apenas os escândalos financeiros de obras superfaturadas, desvio de verbas, e a falta de investimento em áreas prioritárias como saúde e educação. Essa polêmica relativa à sobreposição das exigências da FIFA sobre a legislação brasileira foi muito discutida.

Questionou-se como uma entidade privada, que busca um país para sediar um megaevento por ela organizado, pode impor sua vontade e mudar as normas de legislação interna de uma nação. Um evento que não é organizado pelo governo brasileiro, mas o mesmo cedeu seu território e sua estrutura para a realização do mesmo.

Gastos da Copa do Mundo de 2014 e perspectivas

No período que antecedeu o mundial e durante ele, diversos protestos ocorreram em virtude dos gastos da Copa do Mundo. A tomada das ruas abriu o debate sobre os custos e impactos econômicos da realização da Copa do Mundo no Brasil. Durante a Copa das Confederações de 2013 no Brasil, alguns manifestantes chegaram até defender um boicote ao evento em protesto contra o que consideram um desperdício de recursos públicos. Para eles, as entidades governamentais deveriam estar investindo em educação e hospitais os bilhões usados para construir estádios e outras obras ligadas ao evento.

Havia a previsão de que a Copa do Mundo no Brasil custaria cerca de três vezes mais do que as anteriores, número contestado pelo Comitê Gestor da Copa do Mundo de 2014, o CGCopa. De acordo com o BBC Brasil²¹, a África do Sul teve um gasto de R\$ 7,7 bilhões de reais, o Japão de R\$ 10,1 bilhões, a Alemanha de R\$ 10,7 bilhões. A previsão anterior do comitê organizador é que fosse investido em obras relacionadas à Copa um total de R\$ 28,1 bilhões.

²⁰ Inesc. Instituto de Estudos Socioeconômicos. Copa 2014: TCU identifica superfaturamento quadruplicado. 10/02/2011, disponível em: [<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2011/fevereiro/copa-2014-tcu-identifica-superfaturamento-quadruplicado>]. Consultado [10/03/2018]. 01.

²¹ Bbc Brasil, De onde vem o dinheiro da Copa? 27/06/2013, disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130626_copa_gastos_ru.shtml]. Consultado [10/03/2018].

Estariam incluídos 327 projetos que iriam desde obras de infraestrutura básica, como aeroportos e corredores exclusivos para ônibus, até gastos diretamente ligados ao torneio de futebol. Do total, R\$ 7,5 bilhões seriam gastos em estádios; R\$ 8,9 bilhões em obras de mobilidade urbana; R\$ 8,4 bilhões em aeroportos e R\$ 1,9 bilhão em segurança. O restante seria investido em desenvolvimento turístico, portos e telecomunicações. Tais obras fariam parte do que o governo chamou de "Matriz de Responsabilidade" da Copa e podem ser conferidas no Portal Transparência, mantido pela Controladoria Geral da União (CGU).

Passado o evento, o Tribunal de Contas da União (TCU) afirma que a conta final da Copa do Mundo foi fechada em R\$ 25,5 bilhões, de acordo com o relatório consolidado. Do total, R\$ 7 bilhões foram gastos em mobilidade urbana e R\$ 8 bilhões em estádios. As obras relativas a aeroportos custaram R\$ 6,2 bilhões e as obras de entorno dos estádios custaram R\$ 996 milhões²². Esses dados mostram que houve um menor investimento em infraestrutura das cidades e um aumento nos gastos com os estádios. Ao total, os gastos com os estádios nas cidades-sede à R\$ 8,333 bilhões²³:

Estádio	Cidade	BNDS	Total
Arena Pantanal	Cuiabá	R\$ 337,9 milhões	R\$ 583 milhões
Arena das Dunas	Natal	R\$ 396,6 milhões	R\$ 400 milhões
Arena Amazônia	Manaus	R\$ 400 milhões	R\$660,5 milhões
Beira-Rio	Porto Alegre	R\$ 275,1 milhões	R\$ 330 milhões
Castelão	Fortaleza	R\$ 351,5 milhões	R\$ 518,6 milhões
Fonte Nova	Salvador	R\$ 323,6 milhões	R\$ 684,4 milhões
Arena da Baixada	Curitiba	R\$ 131,16 milhões	R\$ 391,5 milhões
Arena Pernambuco	Recife	R\$ 400 milhões	R\$ 532,6 milhões
Maracanã	Rio de Janeiro	R\$ 400 milhões	R\$ 1, 050 bilhão
Mineirão	Belo Horizonte	R\$ 400 milhões	R\$ 695 milhões
Arena Corinthians	São Paulo	R\$ 400 milhões	R\$ 1,080 bilhão
Mané Garrincha	Brasília	-	R\$ 8,333 bilhões
TOTAL		R\$ 3,815 bilhões	R\$ 8,333 bilhões

Em relação ao legado, há o problema da construção de estádios em cidades sem clubes que possuam público suficientes para manter a ocupação de tais estruturas. O estádio Mané Garrincha, em Brasília, e as arenas Pantanal (em Cuiabá) e da Amazônia (em Manaus) não conseguem pagar suas contas de manutenção mensal. De acordo com o Estadão:

Desde o ano passado, o Mané Garrincha (Distrito Federal) [...] o saldo negativo é de R\$ 500 mil. No Mato Grosso [...] com custos médios de R\$ 700 mil por mês, a arena não consegue cobrir nem 10% disso, ou seja, R\$ 70 mil. Os números são da Secretaria Adjunta de Esportes e Lazer. [...] Os clubes pagam pela utilização da Arena Pantanal uma taxa de 8% da renda bruta. A final do torneio de 2016, por exemplo, teve uma renda pífia, de R\$ 167 mil. [...] Em Brasília [...] o custo de manutenção mensal é parecido com o do colega mato-grossense (R\$ 700 mil); a arrecadação gira em torno de

²² Ebc Brasil. TCU contabiliza R\$ 25,5 bilhões de gastos com a Copa do Mundo. 03/12/2014, disponível em: [http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo]. Consultado [10/03/2018].

²³ Globo, Governo divulga valores finais da Copa: R\$ 8,3 bilhões em estádios. 04/01/2015, disponível em: [http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2015/01/governo-divulga-valores-finais-da-copa-r-83-bilhoes-em-estadios.html]. Consultado [10/03/2018].

R\$ 200 mil. [...] Para compensar o rombo, a arena se tornou o endereço de três órgãos da administração estadual. Nos números do secretário, a economia com aluguel alcançou R\$ 10 milhões entre junho de 2015 e junho de 2016, quando a arena foi entregue para os Jogos Olímpicos. Hoje, estão no estádio a Secretaria de Cidades e um departamento da Terracap (Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal). [...] Para contornar o problema do valor do aluguel, os administradores da Arena da Amazônia não cobram a taxa dos clubes locais. Para times de outros estados, ela gira em torno de 7% a 10%. A final de 2016 atraiu 1.574 pessoas que deixaram na bilheteria R\$ 17.580,00. “A renda da bilheteria vai para os clubes. É uma forma de incentivar o futebol local”, diz o secretário estadual de Juventude, Esporte e Lazer, Fabrício Lima. A iniciativa também tenta minimizar o saldo negativo. Em 2016, a despesa anual foi de R\$ 6,5 milhões. A receita, por sua vez, alcançou R\$ 1,1 milhão. “Nosso objetivo é encerrar 2017 no 0 a 0”, diz o secretário²⁴.

Há o debate em todos os estados, sendo que uma das soluções apontadas é a concessão à iniciativa privada. Em Brasília, uma chamada pública atraiu dois grupos interessados. Já em Mato Grosso, a secretaria acha difícil encontrar um parceiro. Em quatro cidades, as empresas que gerem os estádios querem abrir mão da concessão. Isso aconteceu em Pernambuco – a administração voltou para o governo do estado. Pode acontecer no Maracanã, Arena das Dunas (RN) e na Fonte Nova. O Maracanã, símbolo do Brasil, é um caso preocupante, pois há uma indefinição sobre o futuro do estádio, que passa por um processo de transferência de controle depois que os atuais gestores do consórcio Maracanã S. A. desistiram do negócio. Diante dessa problemática, observa-se o total dos gastos do estádio em comparação com sua perspectiva inicial:

Estádio	Previsão 05/2009: R\$ 3,7 bilhões	Custos totais: 8,333 bilhões	Aumento em média (%)
Arena da Baixada	Indefinido	391,5 milhões	-
Arena da Amazônia	500 milhões	660,5 milhões	32%
Arena das Dunas	300 milhões	400 milhões	34%
Arena Pantanal	400 milhões	583 milhões	46%
Arena Pernambuco	500 milhões	532,6 milhões	6,4%
Beira-Rio	120 milhões	330 milhões	175%
Castelão	300 milhões	518,6 milhões	73%
Fonte Nova	400 milhões	684,4 milhões	72%
Mané Garrincha	520 milhões	1,403 bilhão	170%
Maracanã	430 milhões	1,050 bilhão	145%
Mineirão	Indefinido	695 milhões	-
Morumbi/Itaqueroão	300 milhões	1,080 bilhão	260%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Portal 2014 e do TCU

²⁴ Estadão. Elefantes brancos: estádios da Copa pedem socorro. 29/01/2017, disponível em: [http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,elefantes-brancos-estadios-da-copa-pedem-socorro,70001644556]. Consultado [10/03/2018]. 01.

Os próximos mundiais FIFA serão na Rússia em 2018 e no Catar em 2022. O mundial no Brasil havia sido cerca de três vezes mais caro que o anterior na África do Sul em 2010, sendo o mais caro da história. Mas a perspectiva para os próximos mundiais é o aumento de gastos dos países-sede.

O governo da Rússia publicou um decreto no qual aumenta em € 510 milhões (R\$ 1,95 bilhão) o orçamento do país para a organização da Copa do Mundo de 2018. Sendo assim, o orçamento da organização do mundial passa de € 9,5 bilhões (R\$ 36,3 bilhões) para € 10 bilhões (R\$ 38,25 bilhões), um aumento de 5,4% segundo o decreto e que supera os gastos com o Mundial no Brasil, que chegou aos R\$ 25,5 bilhões, dos quais R\$ 8 bilhões em estádios²⁵.

Para o mundial de 2022, o Catar revelou quanto pretende gastar somente com instalações esportivas para o torneio em 2022: US\$ 30 bilhões (R\$ 117 bilhões na cotação atual). Esse número divulgado inclui estádios e centros de treinamento. O valor chega a ser 14 vezes maior que do Mundial disputado no Brasil em 2014²⁶.

Com mais de 200 federações associadas, a FIFA distribuirá um prêmio recorde às 32 seleções. O Mundial da Rússia em 2018 dará um total de US\$ 400 milhões (R\$ 1,31 bilhão na cotação atual) em prêmios, 12% a mais do que os US\$ 358 milhões pagos em 2014²⁷.

Considerações Finais

Ao longo da pesquisa, percebe-se que a Copa no Brasil em 2014 foi um evento organizado pelo país-sede e a FIFA, sem participação da sociedade civil. Fazendo referência à última Copa do Mundo ocorrida na África do Sul em 2010, na qual ocorreram problemas semelhantes, nota-se que não há por parte da FIFA nenhuma cobrança referente à proveniência e aplicação dos investimentos, não há nenhuma medida preventiva anticorrupção ou sequer exigências de uma prestação de contas adequada.

As manifestações contra o evento por parte da população em relação à Copa no Brasil, demonstram uma necessidade de se discutir amplamente de forma democrática o interesse e a viabilidade de se realizar megaeventos esportivos. Os estudos de projeção econômica e as análises dos efeitos sociais causados pela Copa não foram abertos à população, que poderia deixar de ser expectadora e ter sido mais participativa, tendo um papel central no evento. Ações como esta fariam com que a Copa exercesse um papel mais importante na realidade dos brasileiros, aproximando o discurso da ação.

Sob a ótica econômica, constatou-se através dos dados que houve um menor investimento em infraestrutura das cidades e um aumento nos gastos com os estádios. Isso explica problemáticas urbanas de obras inacabadas mesmo após o evento e, ainda,

²⁵ Globo. Rússia aumenta gastos em R\$ 1,95 bilhão e orçamento da Copa atinge R\$ 38,25 bilhões. 24/10/2017, disponível em: [<https://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/russia-aumenta-gastos-em-r-195-bilhao-e-custo-da-copa-atinge-r-3825-bilhoes.ghtml>]. Consultado [10/03/2018].

²⁶ Globo. Catar revela gastos iniciais de R\$ 117 bilhões para receber a Copa de 2022. 08/02/2016, disponível em: [<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2016/02/catar-revela-gastos-iniciais-de-r-117-bilhoes-para-receber-copa-de-2022.html>]. Consultado [10/03/2018].

²⁷ Globo. Rússia aumenta gastos em R\$ 1,95 bilhão e orçamento da Copa...

traz à tona a problemática da administração dos estádios, tidos como o maior legado do evento, tendo como o abandono do Maracanã sua maior simbologia.

A Copa do Mundo mais cara da história até então, três vezes mais cara que o mundial anterior, logo perderá essa posição. As perspectivas para os próximos mundiais são de investimentos ainda maiores na Rússia em 2018 e no Catar em 2022. Sob a ótica social, ficou o “legado” de 2014 e o questionamento da relação da FIFA com o país-sede e com a sociedade civil. Já sob a ótica política e econômica, a FIFA e seu principal megaevento esportivo continuam em franco crescimento.

Referências

Bbc Brasil. De onde vem o dinheiro da Copa? 27/06/2013, disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130626_copa_gastos_ru.shtml]. Consultado [10/03/2018].

Bourdieu, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

Bracht, V. Sociologia Crítica do Esporte. Ijuí: UNIJUÍ. 2005.

Brasil. Lei Geral da Copa 2014, nº 12.663 de 05 de junho de 2012.

Cohre. The Centre on Housing Rights and Evictions. Fair Play for Housing Rights: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights. Genova. 2007.

Damo, A. S. O desejo, o direito e o dever - A trama que trouxe a Copa ao Brasil. Movimento. v. 18, n. 02,(2012) 41-81.

Diese. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Copa do Mundo 2014: algumas considerações sobre a realização do evento no Brasil. Nota técnica, nº 110. São Paulo: DIEESE. 2012.

Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil. 2ª edição. 2011.

Ebc Brasil. TCU contabiliza R\$ 25,5 bilhões de gastos com a Copa do Mundo. 03/12/2014, disponível em: [http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo]. Consultado [10/03/2018].

Elias, N. y Dunning, E. A busca da excitação. Lisboa: Difel. 1992.

Estadão. Copa de 2014 já é a mais lucrativa da história. 17/05/13, disponível em: [http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,copa-de-2014-ja-e-a-mais-lucrativa-da-historia,1032569,0.htm]. Consultado [10/03/2018].

Estadão. Elefantes brancos: estádios da Copa pedem socorro. 29/01/2017, disponível em: [http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,elefantes-brancos-estadios-da-copa-pedem-socorro,70001644556]. Consultado [10/03/2018].

Fifa. Organização: Parceiros Comerciais. Zurique. 2013. Disponível em: [http://pt.fifa.com/worldcup/organisation/partners/index.html]. Consultado [16/07/2013].

Globo. Governo divulga valores finais da Copa: R\$ 8,3 bilhões em estádios. 04/01/2015, disponível em: [<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2015/01/governo-divulga-valores-finais-da-copa-r-83-bilhoes-em-estadios.html>]. Consultado [10/03/2018].

Globo. Catar revela gastos iniciais de R\$ 117 bilhões para receber a Copa de 2022. 08/02/2016, disponível em: [<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2016/02/catar-revela-gastos-iniciais-de-r-117-bilhoes-para-receber-copa-de-2022.html>]. Consultado [10/03/2018].

Globo. Rússia aumenta gastos em R\$ 1,95 bilhão e orçamento da Copa atinge R\$ 38,25 bilhões. 24/10/2017, disponível em: [<https://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/russia-aumenta-gastos-em-r-195-bilhao-e-custo-da-copa-atinge-r-3825-bilhoes.ghtml>]. Consultado [10/03/2018].

Houlihan, B. Sport and International Politics. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf. 1994.

Inesc. Instituto de Estudos Socioeconômicos. Copa 2014: TCU identifica superfaturamento quadruplicado. 10/02/2011, disponível em: [<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2011/fevereiro/copa-2014-tcu-identifica-superfaturamento-quadruplicado>]. Consultado [10/03/2018].

Pacs. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul; Justiça Global. Na sombra dos Megaeventos no Brasil. Exceção e Apropriação Privada. Rio de Janeiro. 2012.

Portal 2014. Custo dos estádios da Copa 2014 dispara e chega a R\$ 8 bilhões. 01/08/2013, disponível em: [<http://www.portal2014.org.br/noticias/12106/CUSTO+DOS+ESTADIOS+DA+COPA+2014+DI+SPARA+E+CHEGA+A+R+8+BILHOES.html>]. Consultado [10/03/2018].

Proni, M. W. y Silva, L. O. Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 211 (2012).

Tcu. Tribunal de Contas da União. 2013 Disponível em: [<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014>]. Consultado [18/07/2013].

Para Citar este Artigo:

Pizarro, Juliano Oliveira; Rial, Carmen Silvia de Moraes y Rigo, Luiz Carlos. Sociologia Econômica e Megaeventos Esportivos: análise da Copa do Mundo 2014 e perspectivas. Rev. ODEP. Vol. 4. Num. 4. Julio-Agosto (2018), ISSN 0719-5729, pp. 43-56.

CUADERNOS DE SOFÍA EDITORIAL

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de la **Revista Observatorio del Deporte ODEP**.

La reproducción parcial y/o total de este artículo debe hacerse con permiso de **Revista Observatorio del Deporte ODEP**.